

# Cruesp reafirma “concessão” de índice e remete Pauta Unificada para “negociações específicas”

*Fórum indica rodada de assembleias até 31/5 para definir suas próximas ações*

A segunda reunião da data-base 2012 entre Fórum das Seis e Cruesp, em 25/5, das 15 às 18 horas, não apresentou qualquer avanço em relação à primeira, ocorrida em 16/5.

Logo no início, a coordenação do Fórum, expressando deliberações de reunião preparatória pela manhã, ressaltou a necessidade e a expectativa de diálogo efetivo entre as partes e lembrou o dossiê entregue em 16/4, quando protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2012, destacando ofícios sequer respondidos pelo Cruesp – 22 em 2010 e 17 em 2011. Alertou para os termos do Comunicado CRUESP nº 1, de 16/5, onde se afirma que o órgão dos reitores “concedeu” ao invés de “fez a proposta de” reajuste salarial de 6,14%, o que revela, uma vez mais, a postura que tem sido adotada pelo Cruesp em todos os períodos de data-base: reuniões formais, apenas para informar um índice, nunca para uma real negociação entre as partes.

O Fórum cobrou a continuidade das discussões sobre o índice e a necessidade de negociação dos demais pontos do item “Salário” da Pauta Unificada: a equiparação entre os pisos dos servidores técnico-administrativos; a equiparação entre os valores pagos a título de auxílio-alimentação, com sua incorporação aos salários; a recomposição das perdas dos servidores e docentes do Centro Paula Souza. O Cruesp apenas alegou a “não tradição” de equiparação salarial entre os servidores em cada universidade, não fazendo sentido falar em isonomia. Contudo, não explicou porque os salários de docentes

podem ser isonômicos, mas os de funcionários não.

O Fórum das Seis lembrou, ainda, os outros pontos da Pauta Unificada: “Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos”, “Permanência estudantil/gratuidade ativa”, “Condições de trabalho e estudo”, “Financiamento”, “Hospitais Universitários”, “Centro Paula Souza” e “SPPrev/Aposentadoria”, insistindo nas respostas dos reitores para cada um deles, o que também não tem ocorrido ao longo dos anos.

Logo após o Fórum afirmar que as assembleias haviam considerado insuficiente o reajuste de 6,14% apresentado pelo Cruesp, o seu presidente propôs a interrupção da reunião por 15 minutos, para que as reitorias pudessem reavaliar. No retorno, os técnicos das três universidades discorreram sobre avaliações pessimistas a respeito do cenário econômico brasileiro e mundial, e enfatizaram o “elevado comprometimento do orçamento com folhas de pagamento”, com a nítida pretensão de justificar a manutenção dos 6,14%. De nada valeram os argumentos dos representantes do Fórum, indicando que há também no cenário econômico sinais positivos que permitiriam um reajuste maior. O Cruesp deu por encerrada a discussão salarial, assumindo apenas o compromisso de realizar reuniões técnicas para acompanhamento da arrecadação do ICMS, porém, sem se comprometer com reuniões de negociação no segundo semestre. Quanto aos demais pontos da Pauta Unificada, o presidente do Cruesp disse que TODOS

devem ser tratados no âmbito de cada universidade, como pauta específica.

Os representantes das entidades do Fórum das Seis ainda insistiram na discussão de outros pontos, como você pode acompanhar nos boxes no verso deste boletim.

## Qual será nossa resposta?

Após a reunião com o Cruesp, o Fórum das Seis discutiu a postura deste frente à data-base da categoria. Houve consenso de que somente uma resposta organizada dos servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes poderá fazer com que o Cruesp reabra as negociações, tanto sobre o item “Salário” como sobre as demais reivindicações importantes e, de fato, comuns às universidades e ao Ceeteps.

Nesta reunião, as avaliações convergiram para a necessidade de mobilização e foram levantadas as seguintes propostas, não excludentes, tendo havido consenso somente em relação à última delas:

- Realização de um dia de mobilização e paralisação nas unidades, tendo como eixo a defesa da Pauta Unificada, das condições de trabalho e de democracia nas instituições/fim das punições;
- Realização de um ato estadual unificado, nos dias 13 ou 14 de junho, com os mesmos eixos;
- Realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 27/6, para discutir a criminalização dos movimentos sindical e estudantil nas universidades e o financiamento.

## Rodada de assembleias até 31/5

O Fórum das Seis indica às categorias que realizem assembleias até 31/5, quinta-feira, para discutir o tratamento dado à data-base pelo Cruesp e os cenários de mobilização apontados na página anterior.

Os resultados das assembleias devem ser informados à coordenação até o meio da tarde de 31/5. No dia 1º/6, às 10 horas, o Fórum volta a se reunir para avaliar esse retorno e definir suas próximas ações.

### Pelo imediato

#### cancelamento das punições

Na reunião de 25/5 com o Cruesp, o Fórum voltou a destacar a urgência da discussão sobre o item “Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos” da Pauta Unificada 2012. Os exemplos de perseguição e punição são muitos: quase 80 estudantes da USP estão sendo processados, com ameaça de expulsão; diretores e militantes do Sintusp sofrem processos administrativos, que visam a sua demissão por justa causa; diretores da Adusp são interpelados judicialmente por supostas ofensas ao reitor; cinco estudantes da Unicamp foram suspensos por seis meses, por terem participado de movimentos por moradia; funcionários técnico-administrativos da Unicamp tiveram desconto do ponto e são perseguidos por terem aderido à greve da categoria no fim de 2011, enquanto o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) vem sendo alvo de vários processos.

Estes são apenas alguns exemplos, que revelam um processo de recrudescimento da repressão nessas instituições, com vistas a destruir as organizações sindical e estudantil. O Fórum reafirmou ao Cruesp a reivindicação de cancelamento das punições e fim da criminalização dos movimentos sindical e estudantil na Unesp, Unicamp e USP.

*Ivane Souza*



*Ato estudantil realizado na USP, em 16/5*

### LDO/Financiamento

Informados sobre o envio, por parte do Fórum das Seis, de emendas ao projeto de lei 290/2012, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2013), em trâmite na Assembleia Legislativa, o Cruesp disse ter “concordância”, mas não explicitou de que forma os reitores vão contribuir para que os deputados aprove um aumento de recursos para a educação em geral e para as três universidades estaduais paulistas.

As emendas do Fórum propõem a destinação de 33% da arrecadação total de impostos do Estado para a educação pública paulista, aí inseridos 11,6% do produto total da arrecadação do ICMS para as três universidades e 2,1% deste mesmo produto para as escolas técnicas e faculdades de tecnologia do Ceeteps.

O Fórum insistiu na necessidade de os reitores também lutarem para a ampliação de recursos para a educação, em especial para a Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza na LDO-2013.

Ademais, cobrou-se o posicionamento dos reitores frente à denúncia feita pelo Fórum, de que o governo vem descumprindo a LDO quanto de recursos às universidades. Como já divulgado em boletins anteriores, o Fórum constatou que, além de descontar os recursos para a Habitação, antes do cálculo do percentual do ICMS para as universidades, o recebi-

mento de multas e juros de mora do ICMS pago em atraso tem sido considerado nesse repasse. Assim, só em 2011 o governo deixou de repassar à Unesp, Unicamp e USP mais de R\$ 200 milhões!

O Fórum lembrou, ainda, que a expansão de vagas, cursos e unidades, ao longo dos últimos anos nas universidades e no Ceeteps foi realizada sem a devida ampliação de recursos.

Outro aspecto cobrado pelo Fórum foi a necessidade de o Cruesp explicitar os dados efetivos das universidades, em especial após o início da vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI). Entre outros, uma planilha com as despesas reais de 2011 e demais dados, que poderiam ser melhor visualizados com o desmembramento de rubricas, de modo a poder acompanhar quanto cada universidade recebeu das agências de fomento, as doações (no caso da USP, por exemplo, de heranças sem herdeiros), as contribuições por serviços prestados, os repasses das fundações ditas “de apoio” etc.

“É dever de qualquer instituição pública, em especial as de caráter educacional, organizar-se e funcionar de forma democrática, atuando como exemplo para o conjunto da sociedade. Afinal, se as universidades estaduais paulistas não se comportarem desta forma, qual instituição o fará?”, instou o Fórum.

**Até quando vamos tolerar a intransigência e o desrespeito do Cruesp?**